CC BY

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: PONTO DE INFLEXÃO E SÍNTESE TEÓRICA

Vera Alves **Cepêda**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil

E-mail: cepeda.vera@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1419-0090

http://dx.doi.org/10.1590/0102-001024va/127

Em 2025, *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (*RBB*), de Florestan Fernandes, completou cinquenta anos de sua publicação. Considerada a *magnum opus* do autor, o texto tem duas qualificações notáveis, (1) ser reconhecido como um *clássico* das ciências sociais brasileira e (2) pertencer ao seleto grupo das *interpretações* sobre o Brasil. Ambas acabam por serem convergentes:

- um *clássico,* dada a ampla circulação nacional e internacional do livro, largamente adotado como leitura obrigatória nas disciplinas de sociologia brasileira, pensamento social e pensamento político brasileiro (e nas áreas da história e da economia também), importante reflexão sobre a constituição do campo científico da sociologia e do delicado equilíbrio entre o rigor metodológico e o papel da compreensão intelectiva em contexto de uma sociedade travada em seu processo de modernização pelo legado colonial e condição periférica na ordem capitalista mundial.
- uma *interpretação* – grande e poderosa, aliás –, por sua capacidade de explicar a formação sociopolítica brasileira abarcando, em um conjunto integrado *e*

> contraditório, funcional *e* disfuncional simultaneamente, as múltiplas dimensões que articulam o todo da vida social: posições sociais, cultura (*ethos*, racionalidade e valores), estrutura produtiva (interna e externa, e diferenças intra-setores produtivos), padrão e *ratio* dos conflitos políticos, tendências de pactuação, alianças, papel do Estado e das instituições. As *interpretações* podem ser entendidas como detentoras de uma espécie de capacidade demiúrgica ao promover consciência histórica. Elas revelam e desvelam o padrão epocal, em geral em longa perspectiva histórica. A ideia de *padrão* é muito importante quando tratamos de uma explicação concatenada, que necessita superar (não ignorar) a superfície e a condição fenomênica da estrutura social, procurando seus nexos e sua lógica de conformação. Essa posição alinha inevitavelmente marcos teóricos de explicação existentes no ferramental científico (muitas das vezes os superando ou criando novos), vinculando-os ao plano da realidade percebida.

No campo das ciências humanas brasileiras, felizmente, temos pelo menos cinco obras reconhecidas como *interpretações*. Segundo a lista enunciada no prefácio escrito por Antonio Candido (1967) para *Raízes do Brasil* e incorporado à quinta edição revisada da obra (publicada em 1969), seriam três os autores e textos pertencentes a essa categoria: *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942), de Caio Prado Jr.; e *Raízes do Brasil*, publicada originalmente em 1936, por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Francisco de Oliveira (2001), faltariam na lista *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, e *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Incluindo-se *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Candido, que também merece esse status, seriam

seis grandes mestres e seis grandes interpretações clássicas que remetem diretamente no título às raízes e ao processo de formação sócio-histórica nacional ou da formação brasileira subjacente à análise. Vê-se aqui a perspectiva da extensa duração e da necessária conexão entre fases históricas distintas – Brasil Colônia, Brasil Independente, Primeira República, Era Vargas, e o nacional-desenvolvimentismo pós-1946. Mas somente *RBB*, por ser escrita entre 1966 e 1975, analisa as condições geradoras do Golpe de 1964 e o projeto político e modelo social implementado ao longo da primeira década dos governos militares. *RBB* também é, novamente em referência ao grupo das grandes interpretações, aquela que congregou em um único sistema explicativo diversas camadas da vida social – história, sociedade, cultura, economia e política — e enfrentou o dilema sobre a propensão inevitável ao autoritarismo na "ordem política em sociedades em mudança" (referência à tese apresentada no livro *Political Order in Changing Societies,* publicado em 1968, por Samuel Huntington).

Olhando em retrospectiva o passado recente no Brasil, após o final do regime civil-militar, a onda neoliberal e mais recentemente o projeto neoliberal-conservador-autoritário (com suas ameaças à democracia e com o recrudescimento do projeto de dominação pela exclusão e violência), fica patente o grau de clareza (ou clarividência?) sobre a dinâmica sociopolítica nacional descrita por Florestan Fernandes em *RBB*. A releitura da obra não é somente um ato de recuperação de um momento histórico, mas também o encontro de um mapa de navegação para as turbulências do presente.

Neste breve texto, integrante do Dossiê da Revista Lua Nova, organizado sobre o meio século do legado de *RBB*, o objetivo central é analisar o contexto de produção do livro, observando sua relação com o quadro de mudanças ocorridas em duas décadas (do ingresso na carreira docente na Universidade de São Paulo, em 1945, até a publicação de

RBB, em 1975) e os efeitos desse contexto de forte transformação social na agenda de pesquisa de Florestan Fernandes. Há como pergunta de fundo nesta apresentação do dossiê qual o papel da incorporação da dimensão econômica enquanto estruturante das disfunções da modernização brasileira e chave para o paradigma da autocracia burguesa na referida obra do autor. Para tentar responder à pergunta, a análise divide-se em dois momentos: o progressivo ingresso do tema econômico na pauta de investigação de Florestan Fernandes e o papel do Golpe de 1964 como ponto de mutação da explicação do autor sobre as características da modernização nacional.

Florestan Fernandes e o problema social brasileiro: uma agenda de pesquisa em movimento

A economia sempre esteve presente na obra de Florestan Fernandes, uma vez que ela é moldura de fundo para as análises sobre as especificidades da modernização truncada em curso no país, via internalização das formas capitalistas recebidas desde a colonização e implementação de um modelo econômico complementar ao sistema mundial. Mas o problema do subdesenvolvimento, entendido como estrutural e explicado pela lógica da teoria econômica e enquanto foco de pesquisa, só adentraria à agenda do autor ao final da década de 1950, à partir de dois episódios: a criação no início da década de 1960 do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), vinculado ao projeto intitulado Economia e Sociedade no Brasil; e com a deflagração do Golpe de 1964, síntese de um processo de crise que se arrastava desde 1954. Este é o ponto de virada em uma trajetória de pesquisa que produziu muito, muito bem e sob muitos focos, uma explicação sociológica sobre o Brasil, deixando legados de excepcional qualidade em cada dimensão anteriormente analisada: *Organização Social dos Tupinambá* (1949), *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1951), *Ensaio sobre o Método*

de Interpretação Funcionalista na Sociologia (1953), *Brancos e Negros em São Paulo* (1955, com Roger Bastide), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1959), *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* (1960) e, um pouco mais adiante, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964).

Observada em seu conjunto até 1975, nota-se a existência de dois momentos temáticos na trajetória de Florestan Fernandes articulados pela preocupação constante de analisar os obstáculos e arranjos no processo de modernização capitalista no Brasil. Mas o exame mudou de foco e, portanto, de lente teórica também. O primeiro momento vai das iniciais produções de Fernandes até a criação do Cesit (tomado aqui como marco de passagem para a segunda fase). Nele predominou a investigação sobre os desajustes da organização social e das limitações culturais que impediam, limitavam ou demoravam o surgimento da "ordem social competitiva". No segundo momento, o centro da análise passa para os mecanismos que impossibilitavam (e depois de 1964 impossibilitaram de fato) que a dominação burguesa, em etapa de arranque industrial, fosse capaz de realizar sua esperada tarefa histórica de classe. A questão do subdesenvolvimento, do planejamento e da coordenação estatal (política) da mudança passaram a eixos de análise. A triangulação entre economia-política-sociedade passa a orientar as preocupações e a reflexão do autor, dialogando de maneira estreita com a tradição nacional-desenvolvimentista.

É consenso na literatura que Florestan Fernandes nunca foi um defensor do nacional-desenvolvimentismo, mas essa afirmação merece ser aprofundada. O autor distanciava-se de um projeto (ou ideologia) particular de nacional-desenvolvimentismo preso às armadilhas da teoria da modernização, tese que previa que mudanças na economia provocariam *pari passu* uma poderosa cadeia de transformações, em que a industrialização "induzida" alteraria em sua consequência atores, demandas e interesses. A modernização

econômica modificaria a mentalidade, as elites e os arranjos institucionais, superando o círculo vicioso do atraso em direção ao círculo virtuoso do desenvolvimento. Desde cedo, Fernandes examinava o problema da modernização inconclusa (lembrando que as características subjacentes ao termo modernização expressam a arquitetura funcional do capitalismo e, por extensão, do modelo de sociedade burguesa), dando atenção às alterações da estrutura social e da mentalidade. O grande problema observado advinha da capacidade da inércia e a resiliência do passado colonial, escravista e latifundista de penetrar e fagocitar as energias modernas, ressignificando-as em seu favor e pervertendo a dinâmica da mudança. Fernandes duvidava do projeto nacional-desenvolvimentista exposado por intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e demais setores intelectuais e políticos que confiavam na capacidade de atores "potencialmente" modernos exercerem de fato seu papel e, se exercessem, das limitações com as quais se depariariam, provenientes do meio social e cultural. As expectativas centradas nas capacidades institucionais e no papel da burguesia nacional e de uma aliança policlassista poderiam não atravessar o bloqueio, isto é, a resistência à mudança com ampla penetração e longa trajetória no tecido social brasileiro. Por outro lado, Florestan Fernandes duvidava ainda das possibilidades de promoção da mudança social a partir das estratégias do *big push* (grande impulso) e do *primo-mobile* (primeiro motor), defendidas por importantes autores do grupo dos "pioneiros do desenvolvimento" (Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Arthur Lewis, entre outros), que em conjunto mantinham no horizonte o projeto da correção de rota das economias atrasadas, a partir do impulso modernizador da industrialização e do uso das capacidades estatais. O germe da dúvida deriva dos resultados e problemas de pesquisa

iniciais de Florestan Fernandes: quanto do atraso é cultural, quanto é econômico e quanto é político?

A perspectiva crítica não significava ignorar que planejamento e coordenação estatal seriam partes estratégicas da mudança – e este ponto pode ser confirmado em vários textos do autor em sua crítica aos limites da ação empresarial e à colonização do Estado por interesses privados e não alinhados à tarefa do desenvolvimento[1]. O problema é que parte da capacidade de transformação da coordenação econômica era neutralizada por fatores extra-econômios – obstáculos advindos das limitações da ordem social competitiva, da resiliência de setores arcaicos em novas roupagens e da força política de setores econômicos e sociais não participantes da cadeia articulada em torna to industrialização.

Essa visão dos limites da racionalidade competitiva permaneceria na agenda da década de 1960, mas o papel atribuído aos dois atores estratégicos da dinâmica capitalista – burguesia industrial e proletariado – cresceria de importância. Esse foco será o ponto de partida para o projeto Economia e Sociedade no Brasil (em que a dimensão econômica ganha realce já no título), a criação do Cesit e a reunião, sob a coordenação de Fernandes, de um grupo de jovens intelectuais que terá ação destacada na produção acadêmica nacional. O momento dos anos 1960 consolida também a Escola Paulista de Sociologia (EPS) enquanto tradição intelectual. Originada a partir do ingresso de Fernandes na Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), o grupo ligado à EPS ganhara musculatura no projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

[1] Conferir o texto que abre a mudança de rumos de reflexão de Florestan Fernandes, Obstáculos extra-econômicos à industrialização, como conferência proferida em 1959 (depois reunida na obra *Mudanças Sociais no Brasil* publicada pela primeira vez em 1960) e reforçada em *A Sociologia como afirmação*, em 1962 (II Congresso de Sociologia).

Ciência e a Cultura (Unesco) sobre relações raciais, pela institucionalização do Cesit e pelo estabelecimento da parceria com o sindicato patronal do mais industrializado estado da federação, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). As linhas de pesquisa previstas para a ação do Cesit e a realização do projeto Economia e Sociedade no Brasil revelam que a preocupação central eram as formas assumidas pelo capitalismo no Brasil, o problema do subdesenvolvimento e os possíveis entraves ao desenvolvimento. Formam-se assim dois grandes grupos temáticos:

- o primeiro grupo temático analisava as respostas nacionais ao modelo genético de capitalismo e do padrão clássico de Revolução Burguesa, subdivididos no exame da burguesia nacional (Comportamento dos empresários; Formação da burguesia industrial; Mentalidade empresarial; Processo de decisão econômica) e nos estudos sobre a classe trabalhadora (Mercado de trabalho; Relações industriais; Qualificação profissional; Sindicalismo).
- o segundo grupo temático orientava-se pela investigação da ação estatal e o planejamento (Papel do Estado na industrialização; Planejamento; Administração pública; Políticas de desenvolvimento) e dos efeitos da desigualdade regional e heterogeneidade estrutural (Desigualdades entre regiões; Expansão industrial; Integração do mercado nacional; Relações entre áreas modernas e atrasadas).

Os propósitos previstos não foram completamente concluídos, mas desse projeto surgiram grandes análises, notáveis obras, uma agenda que se estenderia para além do encerramento do projeto inicial em 1969 (com as cassações do AI-5 de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Paul Singer) e um espírito de

continuidade com a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em 1969.

Como legado do Cesit surgiram respeitadíssimos trabalhos. Selecionando apenas os com proximidade temporal clara, temos *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), de Fernando Henrique Cardoso; *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963), *Estado e Capitalismo no Brasil* (1965), *Política e Revolução Social no Brasil* (1965) e *O Colapso do Populismo no Brasil* (1968), de Octavio Ianni; *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (Fernandes, 1963) e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), de Florestan Fernandes. Os ecos das perguntas e dos achados da experiência do Cesit ainda persistiram nas agendas das obras produzidas pelos intelectuais reunidos na equipe e foram fundamentais para o debate acadêmico nos anos de chumbo e adiante.

Todo o complexo da produção acadêmica de Florestan Fernandes seria modificado com o Golpe de 1964. Sob o impacto do giro autoritário, que afrontava e colocava por terra todas as expectativas do desenvolvimento, pensado como modernização econômica, elevação da condição de vida da população, instauração de instituições democráticas, preservação de direitos e chegada à um tipo de sociedade moderna com capacidade de autodeterminação.

A consciência dessa ameaça já pairava nos ares, dado o agravamento dos conflitos ao longo da década de 1950. Havia pressão por elevação de salários, pela Reforma Agrária, elevação da inflação (24% em 1958 e 92% em 1964), piora nos indicadores de produção (PIB decaindo de 10,8%, em 1958, para 0,6%, em 1963, e 3,4%, em 1964) e distribuição (PIB *per capita* caindo de 7,6%, em 1958, para taxas negativas de -2,9%, em 1963, e -0,2 %, em 1964).[2] No âmbito político,

[2] Dados extraídos da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007).

a crise econômica desarticularia a capacidade acomodatícia das estratégias populistas e permitia duvidar da capacidade do nacional desenvolvimentismo da década de 1950. Uma das respostas dada aos limites do desenvolvimentismo seria o de acelerar seu grau de transformação, como nas diretrizes do Plano Trienal, que ao final acabaria como um dos motivos da radicalização à direita em direção a 1964.

No plano institucional, a eleição de Jânio Quadros em 1960 e sua renúncia em 1961 abriu um quadro explícito de crise severa. O impedimento da posse de João Goulart, a experiência do parlamentarismo e as Reformas de Base do governo de Goulart (novamente o Plano Trienal) aceleraram a polarização política. No plano internacional, basta citar o agravamento da Guerra Fria. Esse contexto permitia a suspeita do desastre, o que impediu o sentimento de choque em sua concretização.[3]

A instauração da ditadura militar constituiu um ponto de inflexão na trajetória intelectual de Fernandes,[4] que passou a ser orientada pela busca de compreensão das causalidades que levaram à opção autoritária. Nascia como resposta analítica ao Golpe de 1964 *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. E para ela convergiu todo o esforço e as batalhas travadas por Florestan Fernandes em sua vida acadêmica até então.

[3] Celso Furtado, Ministro Extraordinário do Planejamento de 1962-1963 no governo João Goulart e artífice do Plano Trienal, narra ao final de *A Fantasia Desfeita* (Celso, 1989), quando estava no cargo de Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), uma memória preciosa sobre o momento do Golpe. Dela se depreende claramente a sensação contraditória de que algo estava para acontecer, mas que surpreendeu dramaticamente quando se efetivou.

[4] Como ocorreria com toda uma geração "perdida", conforme descrição de Fernandes (1977).

A Revolução Burguesa no Brasil como síntese: batalhas intelectuais e acumulação conceitual

Há até 1964 um longo processo de acumulação de resultados de pesquisa, *aggiornamento* de agenda e ampliação das camadas observadas no processo de interrogação intelectual sobre a formação e os problemas de modernização brasileiros. A unidade do conjunto da obra de Florestan Fernandes estabelece como batalha central a elaboração desse mapa compreensivo, composto por pontos focais de análise que se acumulavam e ampliavam a capacidade da compreensão sistêmica da história e da vida social nacional.

Para a execução desse projeto intelectual, o autor empenhou-se no aprimoramento de instrumentos e métodos de pesquisa – empíricos e em sua relação com a teoria – e na constituição do campo acadêmico da sociologia. As análises sobre a demora cultural, a resistência à mudança, a acomodação de padrões arcaicos reatualizados em situações de mudança social e modernização, os estudos de comunidades, sobre marginalidade, a questão racial e os obstáculos à integração social iluminam a maneira pela qual, no Brasil, ocorre a ressignificação do arcaico em novos instrumentos de dominação material e política. Os temas tratados por Florestan Fernandes resultam em acréscimos ao marco conceitual e à sociologia aplicada.

Já no âmbito acadêmico e científico, um segundo campo de atuação ao qual denominamos como uma "batalha", Florestan Fernandes trabalhou arduamente para disputar o sentido da episteme e da ação da sociologia (que naquela altura aglutinava o conjunto das ciências sociais), reforçando a relação necessária entre empiria, teoria e teses pontuais, procurando reequilibrar a tensão entre um padrão científico técnico e descompromissado de um lado vs. o excessivo apelo de intervenção do outro. Florestan Fernandes parte da defesa da autonomia intelectual e da busca rigorosa da verdade científica sem excluir o compromisso humanista e

a responsabilidade da ciência e dos intelectuais quanto aos valores civilizatórios. Esse compromisso é um ponto delicado e importante, que foi exaustivamente debatido pelo autor na busca dos nexos entre conhecimento e sua função social, especialmente quando a compreensão passa a exigir a crítica.

E qual seria a zona limítrofe entre a racionalidade científica e a responsabilidade da ciência com o mundo que a envolve? Exatamente a disputa semântica sobre o polissêmico termo razão, base da ciência em sua investigação sobre a natureza e a cultura. Examinando o funcionamento do mundo social, uma alternativa é definir como racional o cálculo que maximiza ganhos privados colocados acima de todos os interesses coletivos e capaz, em seu apetite, de arruinar a interação, a interdependência e a coesão que fazem a vida social funcionar e permanecer estável (o que não significa inibir mudança). Não é possível negar que há ponderação, julgamento e cálculo presidindo a razão instrumental (ou funcional), mas seus ganhos geram impactos que ultrapassam a dimensão individual ou de grupos, com capacidade de ampla destruição – individual, coletiva e civilizatória. Emerge a condição paradoxal de uma razão que se torna irracional e que levou Karl Mannheim (1962 [1940], 1967 [1943]) a distinguir razão funcional de razão substantiva, cujo termo central permanece o mesmo, mas com significados completamente distintos. A racionalidade funcional organiza de maneira eficiente meios para atingir objetivos (subsidiariamente diminuir custos e aumentar ganhos), enquanto a racionalidade substantiva julga os objetivos em função de consequências sociais e princípios éticos. Sartre (1994 [1972]), outra referência importante no tocante ao papel dos intelectuais para Fernandes, propôs a distinção entre o técnico, que segue regras canônicas de sua expertise e cego aos seus usos, e o intelectual, para o qual a finalidade é parte do próprio problema da ciência, dada a sua estrondosa capacidade de produção de grandes e irreversíveis danos.

Nessa sintonia, pensar e compreender fenômenos sociais no que eles são e do que deles pode surgir torna-se uma ação racional, legítima e necessária. Foi em nome desse *mores* que Florestan Fernandes promoveu o exercício da crítica e agiu enquanto intelectual no mundo. Em seus textos e conferências, muitas vezes, assombra a clareza de seus posicionamentos críticos quanto aos limites rasos do senso comum; contra o individualismo possessivo das classes burguesas; contra a conversão da política em balcão de negócios; pela exclusiva e hegemônica versão da acumulação em seu formato privatista; contra o interesse material do emprego e dos salários que paralisam o compromisso das elites acadêmicas de agir consoante sua consciência e responsabilidade social; contra a incapacidade dos empresários em compreender o quanto poderiam ganhar, enquanto classe, com a defesa de um projeto nacional; e assim por diante.

Outra batalha travada por Florestan Fernandes focou as exigências da formação do campo, dos repertórios e do método de produção das pesquisas sociológicas. O autor esforçou-se para que as novas gerações de sociólogos brasileiros reconhecessem a importância das pesquisas empíricas, a conexão necessária entre descrição e compreensão (reunindo os achados empíricos e a elaboração teórica) e mobilizassem o repertório das teorias de grande circulação internacional – não de maneira submissa, mas por entender que parte do debate (sobre o capitalismo e as formas sociais e políticas modernas) correspondia à uma mesma dinâmica lá e cá, com modelagens distintas.[5] Em seus cursos e textos, para além da política editorial que exerceu, introduziu autores de circulação mundial para o diálogo comparativo entre a experiência brasileira e a dinâmica de outros sistemas sociais.

[5] Importante sublinhar que nesse movimento Florestan Fernandes lutava contra três problemas que atravancaram a produção intelectual nacional: o bacharelismo, o mimetismo intelectual e o ensaísmo sem bases empíricas, históricas ou conceituais sólidas.

Florestan Fernandes batalhou também pela constituição de um campo organizado da sociologia no Brasil, participando da criação da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e dos pioneiros Congressos de Sociologia: II Congresso Latino-Americano de Sociologia (1953), I Congresso Brasileiro de Sociologia (1954) e II Congresso Brasileiro de Sociologia (1962). Interviu ativamente como intelectual público na Campanha em Defesa da Escola Pública, defendendo a secularidade, o financiamento estatal e a gratuidade do ensino primário e secundário.

Há um liame compreensível entre a questão metodológica, a definição do papel do sociólogo e a defesa da escola pública – importante frente de batalha travada pelo autor. Fernandes sabia, a partir do estudo das mudanças sociais no Brasil, da importância do conhecimento, da ciência e da educação como ferramentas de aceleração da modernização e elevação da consciência dos atores sociais em direção à realização da democracia. E essa não era uma demanda revolucionária se atentarmos para o paradigma da revolução burguesa, cuja base repousa na filosofia política liberal moderna para a qual o pressuposto da posse de si, da consciência autônoma, da liberdade de opinião e da liberdade de escolha aparecem como fundamentos das instituições (o primado jusnaturalista). Não se trata mais de pensar a política ancorada na ordem estamental de privilégios sacramentados por dogmas religiosos e estamentais, e sim da concepção antropocêntrica na qual se deseja o interesse bem compreendido para fixação dos contratos sociais. Deve-se retomar aqui uma das mais importantes preocupações de Florestan Fernandes: a de que a revolução burguesa era uma experiência localizada no tempo e no espaço, adstrita a algumas experiências nacionais e impossíveis para as demais, mas que conformara um modelo, uma métrica a ser imitada por sociedades de modernização tardia que passariam pela aclimatação e ajuste às demandas específicas, gerando novos

arranjos e assumindo, importantíssimo, outras *funções* – chegando ao extremo de ser antítese do original espírito democrático, em direção a fórmulas autocráticas.

Formal e ideologicamente, a revolução burguesa seria modernizadora, democrática, *proxy* do progresso e edificadora de estados nacionais. O item democracia surge como derivação natural dos pressupostos do jusnaturalismo – proprietário de mim, livre e igual com relação aos outros indivíduos e soberano quanto à definição das regras da vida social. Portanto, por extensão lógica, seria imperativo que o contrato político passasse pelo escrutínio e deliberação coletiva. Seguindo somente a *ratio* que fundamenta as instituições liberais, a democracia é inexoravelmente a garantia de que os princípios jusnaturalistas se mantenham. E nela, conhecimento, ciência, educação e racionalidade substantivas são garantias de seu funcionamento e potência. Esse arranjo, observado em seu conjunto, coloca como *telos* à essa imagem republicana de democracia o objetivo do desenvolvimento.

No entanto, os termos democracia e desenvolvimento sofreram inúmeras ressignificações, permanecendo até hoje em constante e duríssima disputa de seu significado. Estão alinhadas quando percebemos a mútua dependência entre ambas, quando os objetivos políticos precisam responder às demandas coletivas e não às de poucos. Por esse motivo, uma democracia não pode prescindir do povo e de sua soberania, pois isso provocaria o retorno ao despotismo; enquanto sem distribuição não haverá desenvolvimento, pois, crescimento não implica em progresso (bom lembrar a imagem de Adam Smith para os efeitos positivos da civilização industrial – a riqueza *das nações* e não apenas dos indivíduos). Sem distribuição do poder econômico e do poder político, o *telos* da modernização desapareceria.

A autocracia burguesa cometia, para Fernandes, os dois pecados capitais juntos: concentrava e privatizava poder, concentrava e privatizava os frutos do progresso social. É ainda

uma negação dos pressupostos fundantes do paradigmático modelo da Revolução Burguesa clássica. Do mesmo modo que Celso Furtado percebera que o subdesenvolvimento econômico é um tipo de capitalismo desvirtuado, Florestan Fernandes notaria que a autocracia constituía um tipo político desvirtuado. Talvez por essas constatações os dois autores tenham tratado, de forma diversa e em momentos diversos, da íntima conexão entre as promessas econômicas e as promessas políticas do capitalismo e das distorções oriundas da situação – tardia, periférica, de legado colonial, passado escravista, de modernização via modelo primário exportador e subdesenvolvida – lamento a repetição, mas somente essa concatenação de características permite enxergar o todo do problema. Esse posicionamento também ajuda a compreender o peso que democracia e desenvolvimento assumirão nas análises de Furtado e Fernandes sobre o Brasil.

A autocracia burguesa como síntese do subdesenvolvimento

Uma das vantagens do acompanhamento da dinâmica de produção intelectual de Florestan Fernandes é a preocupação presente em seus escritos em explicar as intenções, o lugar ocupado na cadeia de pesquisas e as referências nele utilizadas (de uso direto ou como parte da construção da reflexão). No primeiro parágrafo, Florestan Fernandes conta que *RBB* começou a ser escrito em 1966 como "resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964" (Fernandes, 1975, p. 30). Empregando a hipótese anteriormente exposta, de que o tema do subdesenvolvimento em sua dimensão econômica ingressa no rol de preocupações do autor com a criação do Cesit, a instauração do regime militar exigiu mais respostas, por seu inevitável caráter crítico. Porém, se não introduziu o problema do subdesenvolvimento na reflexão florestaniana, com certeza o acelerou.

O subdesenvolvimento e a relação economia-sociedade-política começam a aparecer nos trabalhos da segunda metade da década de 1950, primeiramente no formato de conferências,[6] grande parte delas reunidas em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (Fernandes, 1963). Em 1964, reposicionou e deu sentido de urgência a essa agenda em andamento por ter percebido que a instauração da ditadura havia dado um desfecho para o ciclo que se iniciara com as transformações da Era Vargas, particularmente na conversão da questão econômica em questão nacional e um problema de Estado, abortando a possibilidade da via democrática do desenvolvimentismo aberta em 1946.

O primeiro passo da resposta de Florestan Fernandes surge com a publicação de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (Fernandes, 1968), seguido de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (Fernandes, 1973) e, em 1974, a nova edição (com uma nova introdução e prefaciada por Fernando Henrique Cardoso) de *Mudanças Sociais no Brasil* (originariamente publicada em 1960). O corolário é *Revolução Burguesa no Brasil* (1975). Converge para essa obra-síntese todo o esforço intelectual de Fernandes, reunindo os dois momentos de pesquisa do autor: os estudos sobre o que denominei anteriormente como subdesenvolvimento cultural e a nova camada que dialoga explicitamente com o subdesenvolvimento econômico e com a dependência, tendo, no meio do percurso, como elos de ligação o projeto Economia e Sociedade no Brasil e o Cesit.

Uma suspeita sobre a condição sistêmica, madura e consolidada de *RBB* pode responder ao fato de Florestan Fernandes avançar, a partir da agenda dos poblemas socio-culturais para outras camadas e focos de problemas, sem

[6] *Obstáculos Extraeconômicos à Industrialização no Brasil* (1959), *Padrão e Ritmo da Mudança Social na América Latina* (1960), *Análise Sociológica dos Problemas Econômicos* (1961), *O Papel da Sociologia no Mundo Moderno* (1961), *A Sociologia como Afirmação* (1962).

nunca ter-se dela afastado ou negado. Ao contrário, estrutura econômica, organização política e formação socio-cultural aparecem unidos e são indissociáveis da chave subdesenvolvimento-dependência-autoritarismo. De *RBB* emergem duas teses de excepcional acuidade e capacidade explicativa: a dupla articulação e a função histórica da autocracia burguesa.

A tese da dupla articulação revelava um aumento da complexidade e de novas facetas à maldição da dependência que assolava desde sempre as economias retardatárias subdesenvolvidas. Desde a colonização, a dependência assumiria no Brasil três tipos:

- o primeiro, expressava a dinâmica do modelo primário-exportador enquanto uma economia reflexa, refém das demandas internacionais, sugada em seu excedente por ser ainda importadora de bens de valor agregado mais elevado (tese da deterioração dos termos de troca) e incapaz de produzir efeitos multiplicadores sistêmicos (até o café).
- o segundo tipo, que surge com a situação de industrialização, é a dependência tecnológica e de bens de produção mais sofisticados, embora a ação do Estado nesse processo solucionasse o problema de dependência de capitais via recursos públicos.

  O primeiro tipo ocorre desde o período colonial até os anos 1930, enquanto o segundo tipo surge somente com a aceleração industrial.
- o terceiro tipo, coetâneo ao momento do Golpe de 1964, seria o mais perigoso: a dependência tecnológica, no momento em que o capitalismo mundial encaminhava-se para a III Revolução industrial, acelerava sua face monopolista (limitadora de concorrência, portanto de acumulação de poupança), acentuava a cadeia transnacional (multinacionais lucrando com custos de produção mais baixos no

> Brasil, repassando excedente para suas matrizes e elevando seu padrão de acumulação pela soma das duas estratégias) e a dependência política (pelo recrudescimento da Guerra Fria realinhando fidelidade externa e coalizões internas).

Vejamos o cenário do terceiro tipo e porque ele é tão central em *RBB*. A economia nacional aparecia estrangulada em três níveis: (1) perdia competitividade, que é motor de crescimento, externa e internamente pela concorrência imperfeita dos monopólios; (2) perdia competitividade interna pela concorrência desleal das multinacionais – mais competitivas pela elevado padrão de inovação, mais resistentes pela envergadura das empresas, funcionamento em rede transnacional e massa de recursos; (3) nos setores industriais, particularmente os que se realizavam no mercado interno, as empresas ficavam fragilizadas e incapacitadas de deslocar as frações de classe diretamente associadas ao mercado internacional; nesse movimento perdiam capacidade de organizar o sistema produtivo nacional, eram forçados à acomodação às pressões externas e terminavam subjugados pelo modelo associado-dependente. Nessa armadilha, qual a saída possível senão manter os capitais públicos como base de sua sobrevivência e manutenção, portanto ampliando a necessidade da captura do Estado?

A coalização empresarial-regime militar passa em boa medida por esse caminho. Outra alternativa, racional e esperada nessa situação, seria diminuir custos, rebaixando salários e piorando as condições de vida dos trabalhadores. Não à toa, a política econômica do regime militar passou para história pelo mote "fazer o bolo crescer para depois dividir", sendo que o bolo cresceu concentrando riqueza e não foi distribuído, transformando fundos públicos em uma máquina de produção e de aceleração de desigualdades. O arrocho salarial permitiu ganhos extraordinários que não

eram produzidos no circuito da produção e sim na ação política do Estado. Temos aqui um reforço no movimento que encaminha os empresários para órbita da ação do Estado.

Embora a dinâmica da dupla articulação seja de natureza econômica, tanto na pressão externa quanto interna, sua solução passava pelo campo político: porque o Estado importa, e muito! E sendo um ente público em uma sociedade complexa e com forte interdependência entre capital e trabalho, a aliança autocrática-burguesa que capturara o Estado em 1964 (inclusive por estruturalmente não vislumbrar outra saída) não toleraria mais um foco de pressão: das classes trabalhadoras e dos setores populares, que cresceram de tamanho e importância desde os primórdios do modelo de substituição de importações. A burguesia brasileira (o conjunto de suas frações de classe) saqueada por fora, por um ator mais forte que ela, não aceitava partilhar nada com os setores mais fragilizados de dentro (frágeis porque reprimidos em altíssimo grau). E esse problema doméstico ganhava um reforço externo importante. A ditadura militar (melhor dizendo, militar-empresarial-civil) funcionava como um peão no xadrez da Guerra Fria e sua tarefa era exatamente impossibilitar a emergência de quaisquer demandas e movimentos que lembrassem a questão social ou o conflito de classe. A pressão pela não repartição do bolo no Brasil encontrava encaixe e apoio na retórica mundialmente aceita da luta contra o comunismo. A fórmula deslocava o foco da ganância em direção à defesa da democracia e dos valores da civilização ocidental, amparando um modelo que gerava empobrecimento, e destruição das capacidades sociais e econômicas nacionais. No médio prazo, aumentava-se o combustível do conflito que tinha, como resposta o aumento da repressão.

Indo da economia à política e do externo ao interno, a autocracia burguesa, tese lapidar em *RRB*, performa um conceito-síntese ao dar sentido e coesão às múltiplas faces

do fenômeno subdesenvolvimento, ampliando a percepção dos obstáculos econômicos para toda a miríade de dimensões sociais produzidas e distorcidas no processo de formação colonial e de seus efeitos posteriores. Funcionária ainda como uma síntese entre os problemas nacionais e a ordem internacional, nesta chave correlacionando o arranjo autocrático-burguês à tese da dupla articulação neocolonial. Bastaria essa soberba análise para entender que *RBB* não é somente uma interpretação clássica da formação brasileira, mas uma teoria de grande fôlego sobre o capitalismo mundial. E que sua virtú analítica nos entrega uma tese de única para entender o presente crítico que vivenciamos hoje.

Vera Alves Cepêda
Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGPol-UFSCar e do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar. Pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Centro Internacional Celso Furtado (CICEF). Trabalha especialmente com o pensamento político-social brasileiro, com destaque para os temas do desenvolvimento e da democracia. Desenvolve atualmente pesquisas junto ao Acervo Florestan Fernandes – BCO-UFSCar.

Disponibilidade de Dados
Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editora Responsável
Natália Nóbrega de Mello

Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

FERNANDES, Florestan. 1965. A integração do negro na sociedade de classes. 2 volumes. São Paulo: Dominus, 1965. [1964: Tese de Cátedra em Sociologia, USP]

FERNANDES, Florestan. 1959. Obstáculos extra-econômicos à industrialização. *In*: FERNANDES, Florestan. 1974 [1960]. *Mudanças Sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel.

FERNANDES, Florestan. 1963. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FERNANDES, Florestan. 1968. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan. 1973. *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, Florestan. 1974 [1960]. *Mudanças Sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel.

FERNANDES, Florestan. 1975. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan. 1977. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

FERNANDES, Florestan; LIMA, Jacob Carlos. 2021. A Sociologia como afirmação. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 21, pp. 260-293. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.818

FURTADO, Celso. 1959. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

FURTADO, Celso. 1989. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1969. *Raízes do Brasil*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

HUNTINGTON, Samuel P. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

IANNI, Octavio.1963. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, Octávio. 1965. Estado e capitalismo – estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

IANNI, Octávio; SINGER, Paul; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco. 1965. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

IANNI, Octavio. 1968. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas do Século XX: Contas Nacionais – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e deflator implícito, 1901–2000*. Rio de Janeiro: IBGE.

MANNHEIM, Karl. 1962 [1940]. *O Homem e sociedade em uma era de reconstrução*. Rio de Janeiro, Zahar.

MANNHEIM, Karl. 1967 [1943]. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.

SARTRE, Jean-Paul. 1994 [1972]. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática.

OLIVEIRA, Francisco de. 2001. Como pensar? *Lua Nova*, n. 54, pp. 89-96. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxghtCHdRddwpYSc5jtt/. Acesso em: 14 nov. 2025.

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL – PONTO DE INFLEXÃO E SÍNTESE TEÓRICA

VERA ALVES CEPÊDA

Resumo: Este artigo analisa o processo de produção de *A revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, no contexto da trajetória de pesquisa do autor. São aspectos relevantes nesse processo (i) a incorporação do tema do subdesenvolvimento econômico na agenda de reflexão ao final da década de 1950, formando o tripé analítico economia-sociedade-política (ii) os efeitos do Golpe de 1964 que aceleraram a importância dessa agenda; (iii) a habilidade de análise do conjunto das dimensões da vida social em uma interpretação sistêmica e (iv) elaboração tese da autocracia burguesa como síntese.

Palavras-chaves: Subdesenvolvimento; Desenvolvimentismo; Modernização; Capitalismo periférico; Autocracia Burguesa.

THE BOURGEOIS REVOLUTION IN BRAZIL – TURNING POINT AND THEORETICAL SYNTHESIS

*Abstract: This article analyzes the writing process of *A Revolução Burguesa no Brasil* (The Bourgeois Revolution in Brazil) by Florestan Fernandes, within the context of the author's research trajectory. Key aspects of this process include: (i) the incorporation of the themes of economic underdevelopment into his analytical agenda in the late 1950s, forming an economy-society-politics analytical triad; (ii) the effects of the 1964 coup, which heightened the importance of this agenda; (iii) the ability to analyze the various dimensions of social life through a systemic interpretation; and (iv) the thesis elaboration of bourgeois autocracy as synthesis.*

Keywords: Economic Underdevelopment; Developmentalism; Modernization; Peripheral Capitalism; Bourgeois Autocracy.

Recebido: 13/06/2026

Aprovado: 20/07/2026